

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO_

ATUALIZADO EM JANEIRO DE 2022

Política Anticorrupção

1. OBJETIVO

1.1. Esta Política Anticorrupção do Centro Educacional, Assistencial e Profissionalizante – CEAP, (“Política”) tem por objetivo estabelecer os padrões de conduta exigidos de todas as pessoas que atuam em nome da Organização na condução de seus negócios. Em especial, a Política se destina a orientar sobre a interação com o poder público e seus servidores, com a finalidade de prevenir, detectar e impedir a prática de condutas irregulares e atos de corrupção.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Esta Política tem como referências: (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Instituição, conforme alterado (“Estatuto Social”); (ii) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (“Código Brasileiro de Governança Corporativa”); e (iii) Legislação Anticorrupção.

3. APLICAÇÃO DA POLÍTICA

3.1. As seguintes pessoas estão obrigadas a observar as regras e diretrizes estabelecidas na presente Política:

- (i) Administradores e os Demais Membros dos Órgãos da Administração: membros do Conselho de Administração da Organização (“Conselho de Administração”), do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo, dos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”), da Diretoria Estatutária da Organização (“Diretoria”);
- (ii) Diretores Não Estatutários;
- (iii) Todos os Colaboradores da Organização, independentemente do nível hierárquico; e
- (iv) Fornecedores e Prestadores de Serviços.

3.2. As pessoas indicadas nos subitens 3.1 acima deverão, no ato da sua contratação, eleição, promoção ou transferência, assinar o Termo de Adesão (Anexo A – Pessoa Física ou Anexo B – Pessoa Jurídica), pelo qual declararão conhecer também todos os termos desta Política e se obrigam a observá-los.

3.2.1. O Termo de Adesão deve permanecer arquivado na sede da Organização enquanto seu signatário mantiver vínculo com a Organização e por, no mínimo, 5 (cinco) anos após seu desligamento.

3.3. A assinatura do Termo de Adesão previsto no item 3.2 acima poderá ser dispensada aos Fornecedores e Prestadores de Serviços, a critério da Organização, desde que alternativamente celebrem contrato contendo cláusula anticorrupção (Anexo C) em que se comprometem a garantir a observância de todos os termos contidos nesta Política e possuam Programa de *Compliance* próprio ou adiram ao Programa de *Compliance* da Organização.

3.4. Colaboradores também poderão ser dispensados de assinar o Termo de Adesão, a critério da Organização, desde que alternativamente celebrem contrato de trabalho contendo cláusula anticorrupção (Anexo C).

4. DEFINIÇÕES

4.1. Na aplicação e interpretação desta Política, os termos com iniciais em maiúsculas terão, tanto no singular quanto no plural, os seguintes significados:

Administração Pública: Qualquer entidade governamental integrante da estrutura de qualquer um dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), Entidade de Economia Mista, Autárquica e Fundacional de qualquer ente da Federação ou de Estado Estrangeiro, em nível nacional, estadual, regional, municipal ou local.

Agente Público: Toda e qualquer pessoa integrante da estrutura de qualquer um dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), de qualquer Ente da Federação ou de Estado Estrangeiro, ou pessoa, nomeada ou investida de poderes para representar um órgão público, seja funcionário, administrador, ocupante ou candidato a cargo eletivo ou partido político, ou quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, agências reguladoras e entidades estatais ou sociedades de economia mista ou controladas pelo Estado, além de eventuais particulares titulares de função pública por delegação (ex. notários e funcionários de cartórios de registro).

Atos Ilícitos: Significa quaisquer atos que atentem contra a Legislação Anticorrupção vigente, especialmente atos que violem o patrimônio público nacional ou estrangeiro, princípios da Administração Pública ou compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, dentre eles: (i) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a Agente Público; (ii) utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses e crimes ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; (iii) no tocante a licitações e contratos com a Administração Pública: (a)

frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; (b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; (c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; (d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente; (e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; (f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou (g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública; (h) dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou Agentes Públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das Agências Reguladoras e dos órgãos de fiscalização do Sistema Financeiro Nacional.; e (i) financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos referidos acima, conforme disposto do artigo 5º da Lei 12.846/2013.

Colaborador(es): São todos os funcionários, empregados e colaboradores na Organização, incluindo seus diretores, membros do seu conselho de administração, do seu conselho fiscal, do conselho consultivo, dos comitês do conselho de administração, bem como de quaisquer outros órgãos com funções técnicas e/ou destinados a aconselhar os administradores, assim como os estagiários, jovens aprendizes, voluntários e *trainees* da Organização.

Coisa de Valor: Dinheiro em espécie ou qualquer bem, ativo, direito ou favorecimento capaz de influenciar decisão de Agente Público. Coisas de valor também incluem, mas não se limitam a: presentes, ingressos para atividades de entretenimento, favores, serviços, empréstimos e garantias de empréstimos, utilização de bens ou equipamentos, ofertas de emprego, transporte e pagamento de despesas ou dívidas, entre outras.

Conflito de Interesse: Quaisquer situações nas quais os interesses pessoais de um Integrante, Terceiro ou qualquer pessoa a ele relacionada possam ser divergentes ou conflitantes com os interesses do CEAP e/ou de seus alunos, e/ou qualquer situação nas quais o Integrante ou Terceiro deixar de ter a independência necessária para o desempenho de suas funções, em benefício do CEAP.

Estreito Relacionamento: Pessoas que tenham sociedade ou propriedade conjunta em pessoas jurídicas de direito privado ou em arranjos sem personalidade jurídica, ou possuam qualquer outro tipo de estreita relação de conhecimento público com PEP – Pessoa Exposta Politicamente e/ou Agente Público. E, ainda, pessoas que não sejam familiares, mas tenham vínculo análogo com PEP e/ou Agente Público.

Familiar (es): A expressão abrange cônjuge, ex-cônjuges, companheiro ou companheira, pessoa com quem possua relacionamento afetivo ou regime de união estável, filho ou filha, irmão, irmã, pai, mãe, padrasto, madrastra, enteado, enteada, cunhado ou cunhada, avô, avó, sogro, sogra, genro, nora, neto, neta, cônjuge de neto ou de neta, colaterais até o 3º grau de consanguinidade, herdeiros testamentários ou qualquer outro parente que resida com o indivíduo em questão.

Legislação Anticorrupção: São todas as leis e regulamentações que versam sobre atos de corrupção e contra a Administração Pública nos locais em que a Organização opera, incluindo, mas não se limitando à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), seu Decreto Regulamentador (Decreto nº 8.420/2015), Lei de Licitações e Contratações Públicas (Lei nº 14.113/2021), Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.420/1992), Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940); e as demais leis estrangeiras com eficácia extraterritorial, aderentes à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, inclusive seus regulamentos e demais normas relacionadas, incluindo as demais normas legais que vierem a alterar e substituir, no todo ou em parte, as lei anteriormente mencionadas.

Pessoa Exposta Politicamente (PEP): É aquela que desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, nos níveis federal, estadual e municipal, mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo; cargo no Poder Executivo de Ministro/Secretário de Estado ou equiparado; cargo de Presidente, Vice-presidente e Diretor, ou equivalentes, de entidades da Administração Pública Indireta; Ministros dos Tribunais Superiores e os Presidentes de Tribunais Regionais/Estaduais; Procuradores Gerais e Membros dos Tribunais de Contas. O conceito também se aplica àqueles que sejam ou foram membros de escalões superiores de partidos políticos; de cargos governamentais e empresas públicas; de cargos das Forças Armadas e do Poder Judiciário em outros países, territórios e dependências estrangeiros. Aplica-se ainda aos familiares, pessoa com quem o Colaborador possua estreito relacionamento ou pessoas jurídicas de que participem as pessoas acima reconhecidas como politicamente expostas.

Poder Público (ou Administração Pública): Qualquer entidade governamental ou entidade de economia mista, em nível nacional, estadual, regional, municipal ou local, no Brasil ou no exterior.

Terceiro(s): Inclui toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente ao quadro de funcionários do CEAP, que atuem, direta ou indiretamente, de qualquer forma, em nome da Organização, incluindo, mas não se limitando a prestadores de serviço, parceiros de negócio, consultores, distribuidores, representantes, representantes comerciais, mandatários, procuradores, alunos, fornecedores, despachantes, gerenciadoras, entre outros.

Vantagem Indevida: Vantagem indevida é a que o direito não permite, incluindo qualquer outra utilidade material, dinheiro, ou qualquer outra forma de enriquecimento ilícito.

5. DIRETRIZES GERAIS

5.1. As interações entre Colaboradores da Organização e/ou Terceiros com Agentes Públicos e/ou Pessoas Expostas Politicamente (PEP) deverão se pautar nos princípios de ética, integridade e transparência e deverão observar rigorosamente as Leis e normas vigentes, em especial a Legislação Anticorrupção.

5.2. A Política Anticorrupção proíbe a prática, por qualquer Colaborador ou Terceiro, de atos que possam contribuir, auxiliar ou facilitar, de qualquer forma, a prática de condutas que possam ser interpretadas como Ato Ilícito.

6. INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

6.1. A comunicação com agentes públicos deve ser realizada por meio de canais oficiais (e-mail, telefone, ofício etc.) de forma clara e objetiva. Em muitos casos, a lei estabelece os meios e procedimentos de comunicação com agentes públicos e de acesso à informação, à exemplo da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

6.2. Ao se reunir com agentes públicos, o Colaborador ou Terceiro deve, sempre que possível:

- (i) Solicitar formalmente a realização de reunião por meio dos canais oficiais ou procedimentos institucionais;
- (ii) Realizar a reunião nas dependências oficiais da entidade ou órgão da Administração Pública ou nas dependências do CEAP;
- (iii) Se fazer acompanhar por, no mínimo, outro representante do CEAP em reuniões, sempre que econômica e tecnicamente possível;
- (iv) Registrar em ata a realização da reunião com informações mínimas a respeito do tema e do interlocutor, e, após a reunião, manter registro em ata da ocorrência e dos temas discutidos, com a descrição completa dos assuntos, tratativas e pessoas envolvidas;
- (v) Quando tiverem sido tratados assuntos estratégicos, recomenda-se registrar os principais pontos da conversa em um e-mail e enviá-lo a todos aqueles que estejam envolvidos no assunto, mas que não puderam participar da conversa,

para que todos tenham acesso ao que foi discutido. O mesmo procedimento recomenda-se para reuniões que não fiquem registradas em ata.

6.3. Os contatos, reuniões e comunicações com agentes públicos, feitos durante a execução de contratos com o Poder Público devem obedecer às regras dispostas no próprio contrato.

7. FISCALIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO

7.1. A Administração Pública tem o poder de fiscalizar a atuação de particulares, nos casos e condições previstos na legislação. Sempre que exercida com prudência e nos limites legais, a fiscalização é um instrumento eficaz de prevenção de abusos ou ilícitos.

7.2. O tratamento com Poder Público durante a fiscalização deve baseado na transparência e ética, sempre respeitando as regras desta Política.

7.3. O Comitê de Ética tem a função de acompanhar fiscalizações do CEAP, apoiando o funcionário ou colaborador na interlocução com os agentes públicos. Ao tomar conhecimento de qualquer processo de fiscalização promovido pela Administração Pública que recaia sobre o CEAP, o funcionário ou colaborador devem permitir que a fiscalização prevista em lei seja realizada e deve informar o Comitê de Ética.

7.4. Na ausência do Comitê de Ética do CEAP para acompanhar a fiscalização, o funcionário ou colaborador que acompanhar o agente do Poder Público deverá cientificar o Comitê de Ética para que, caso entenda necessário, adote as medidas legais cabíveis para endereçar eventual advertência ou sanção que porventura venha a ser aplicada durante a fiscalização.

7.5. Nos processos investigativos contra o CEAP que tratem de eventual violação à Legislação Anticorrupção, os gestores do Programa de Integridade serão envolvidos na condução dos assuntos e serão responsáveis por apurar internamente, de forma detalhada, as alegações trazidas nos processos investigativos contra a CEAP.

8. PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

8.1. A participação do CEAP em procedimentos licitatórios ou celebração de contratos com Administração Pública, deverá estar em conformidade com as Leis aplicáveis e com todos os procedimentos internos previstos nas demais políticas da Organização.

8.2. A prática, participação ou coautoria dos seguintes atos são expressamente proibidos por parte de qualquer Colaborador ou Terceiro:

- (i) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório;
- (ii) Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei;
- (iii) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário;
- (iv) Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;
- (v) Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo;
- (vi) Obstar, impedir ou dificultar injustamente a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito;
- (vii) Omitir, modificar ou entregar à Administração Pública levantamento cadastral ou escopo em relevante dissonância com a realidade, em frustração ao caráter competitivo da licitação ou em detrimento da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse;
- (viii) Impossibilitar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- (ix) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- (x) Afastar ou tentar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- (xi) Utilizar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- (xii) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em Lei, seja no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; e

- (xiii) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

9. RELACIONAMENTO COM AGENTES PÚBLICOS E PESSOAS EXPOSTAS POLITICAMENTE (PEPs)

9.1. Os Colaboradores de níveis gerenciais e hierarquicamente superiores, bem como os Terceiros de alto risco deverão preencher, anualmente, o Formulário de Declaração de Agente Público e/ou Pessoa Exposta Politicamente (o “Formulário”), que constitui o Anexo D desta Política que será mantido, de forma restrita e sigilosa, pelo Comitê de Ética.

9.2. Sempre que o Colaborador ou Terceiro for classificado como Agente Público e/ou PEP ou tenha laço familiar ou estreito relacionamento com algum Agente Público e/ou PEP, de forma que tal situação possa configurar Conflito de Interesse, tal condição deverá ser notificada imediatamente ao Comitê de Ética, que tomará as devidas providências para mitigar os riscos oriundos de tal circunstância.

9.3. Para mais detalhes sobre os procedimentos a serem adotados nesse caso, basta consultar a Política de Relacionamento com Agentes Públicos.

10. INDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE MEMBRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APÓS O EXERCÍCIO DE CARGO OU EMPREGO PÚBLICO.

10.1. Os processos de indicação e contratação dos membros da Administração Pública serão feitos de forma transparente, com base no mérito e na variedade de competências técnicas e experiências requeridas para o funcionamento da organização.

10.2. O CEAP se absterá de celebrar contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços ou produtos, direta ou indiretamente, por meio de pessoa jurídica em que o ex-Agente Público figura como sócio, administrador ou ocupe cargo de gestão ou direção ou seja, o responsável pela execução dos trabalhos, com ex-Agente Público pelo período mínimo de 06 (seis) meses, ou outro prazo legalmente previsto pelo órgão de origem do ex-Agente Público, nas seguintes hipóteses:

- (i) O ex-Agente Público estabeleceu ou manteve relacionamento relevante com o CEAP em razão do exercício do cargo ou emprego público;
- (ii) O desempenho, pelo ex-Agente Público, de atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado;

- (iii) O escopo do contrato com o CEAP envolver prestação de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego ou que demande intervenção do ex-Agente Público, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado do CEAP perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

10.3. A contagem do período se inicia a partir da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pelo próprio órgão ou entidade em que o ex-Agente Público haja ocupado cargo ou emprego.

11. INTERAÇÃO COM TERCEIROS

11.1. É proibida a utilização de Terceiros para intermediar oferecimento de quaisquer vantagens indevidas, ou como forma de tentar garantir algum benefício próprio, ao CEAP ou aos alunos.

11.2. Em contratos com Terceiros em que o CEAP figure como parte contratante, ou nos contratos de prestação de serviços firmados com gerenciadoras, deverão ser incluídas as cláusulas anticorrupção padrão, conforme detalhado no Anexo C abaixo.

11.3. Durante a vigência do contrato com Terceiros, os Colaboradores do setor responsável pela contratação deverão acompanhar, periodicamente, quaisquer evidências de situações críticas que surgirem, especialmente aquelas indicativas do envolvimento do Terceiro na prática de Atos Ilícitos, podendo contar com auxílio d Comitê de Ética.

12. CLÁUSULAS ANTICORRUPÇÃO

12.1. Em toda e qualquer modalidade de contratação na qual o CEAP seja parte, inclusive em contratos de trabalho com seus Colaboradores, além de ser formalizada em instrumento contratual próprio, deverá conter, necessariamente, o teor das Cláusulas Anticorrupção constantes nos Anexos A e B desta Política.

12.2. Caberá ao Comitê de Ética analisar e aprovar quaisquer modificações que sejam sugeridas à esta cláusula durante a negociação de contratos.

13. VIOLAÇÕES

13.1. Todos os Colaboradores e Terceiros têm o dever de reportar, prontamente, qualquer violação ou suspeita de violação à presente política ao Comitê de Ética ou ao Canal de Denúncias do CEAP.

13.2. Aquele que descumprir as diretrizes contidas nessa Política estará sujeito às medidas cabíveis e, em sendo necessário, os fatos serão reportados às autoridades policiais competentes conforme a avaliação do Comitê de Ética em conjunto com a Conselho de Administração.

13.3. O Comitê de Ética tem a responsabilidade de avaliar outros casos que eventualmente não tenham sido tratados nesta Política. Todas as situações identificadas ou reportadas, assim como os desdobramentos consequentes, serão avaliadas com a criticidade devida e estrita observância dos direitos das partes envolvidas por essas mesmas instâncias e, quando necessário, serão aplicadas sanções internas que podem variar desde advertência até o desligamento do Colaborador, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis.

13.4. As sanções internas poderão variar, de acordo com a natureza e a gravidade da infração, desde advertência até o desligamento do Colaborador.

13.5. Nos casos de Terceiros que agirem em desconformidade com esta Política, a violação poderá resultar no rompimento contratual, sem ônus para o CEAP e sem prejuízo das medidas judiciais e administrativas cabíveis.

13.6. Em todas as circunstâncias de suspeita de violação à presente Política, o Comitê de Ética será acionado para a devida apuração e adotará as medidas cabíveis.

14. RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS

14.1. Qualquer reclamação ou denúncia relacionada aos termos desta Política ou suspeitas de sua violação devem ser solucionadas através do **Canal de Denúncias** do CEAP, constante na aba “Integridade”. (app.denouncefy.com/portal/ceap). O Canal de Denúncias é externo e permite que as denúncias sejam, se assim for o desejo, anônimas. Todo e qualquer tratamento é feito de maneira sigilosa.

14.2. O denunciante que optar pelo anonimato poderá, eventualmente, ser solicitado a contribuir com esclarecimentos mediante mensagem vinculada ao protocolo da denúncia, mantendo-se o anonimato nas interações posteriores caso seja a sua intenção.

15. OUTRAS DISPOSIÇÕES

15.1. A administração do CEAP compromete-se a buscar o aprimoramento constante desta Política, sempre em atenção às melhores práticas de Governança Corporativa.

15.2. Os casos omissos nesta Política serão resolvidos pelo Conselho de Administração e Políticas Internas.

15.3. Qualquer alteração desta Política deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada aos Colaboradores.

15.4. Quando de sua posse, os Administradores do CEAP devem assinar um documento afirmando que receberam, leram e se comprometendo a seguir esta Política.

16. VIGÊNCIA

16.1. A presente Política foi aprovada pelo Conselho de Administração entrará em vigor a partir da presente data, por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

São Paulo, 24 de janeiro de 2022

Anexo A – Termo de Adesão à Política Anticorrupção
Pessoa Física

Pelo presente instrumento, para os fins e efeitos do disposto na Política Anticorrupção do CEAP, **[nome]**, **[nacionalidade]**, **[estado civil]**, **[profissão]**, residente e domiciliado(a) na **[endereço completo]**, inscrito(a) no CPF/MF sob nº **[=]** e portador(a) da Cédula de Identidade **[RG/RNE]** nº **[número e órgão expedidor]**, doravante denominado simplesmente de “Aderente”, na qualidade de **[indicar o cargo, função ou relação com a Organização]** do CEAP – Centro Educacional Assistencial e Profissionalizante, nome fantasia de OSUC – Obras Sociais Universitárias e Culturais, organização não-governamental com sede na Rua José Vieira Martins, 270, Pedreira, São Paulo, SP, CEP 04466-025, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.428.406/0001-00, com seu Estatuto Social devidamente arquivados no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, SP, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar: (i) ter integral conhecimento das regras estabelecidas pela Política Anticorrupção do CEAP (“Política”), cuja cópia recebeu; (ii) assumir expressamente a obrigação de observar fielmente tais regras; e (iii) ter conhecimento de que a transgressão às disposições previstas nesta Política sujeitará o infrator às penalidades que venham a ser aplicadas pelos órgãos reguladores, sem prejuízo das sanções disciplinares e legais que possam ser aplicadas pelo próprio CEAP.

O presente Termo de Adesão é assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

[local e data de assinatura]

[nome do(a) Aderente]

Testemunhas:

Nome:
RG/CPF:

Nome:
RG/CPF:

* * *

Anexo B – Termo de Adesão à Política Anticorrupção
Pessoa Jurídica

Pelo presente instrumento, para os fins e efeitos do disposto na Política Anticorrupção do CEAP, [*denominação*], [*tipo jurídico*], com sede na [*endereço completo*], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [=] e com seus documentos societários devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado [=] sob o NIRE [=], neste ato representada na forma de seu [Estatuto/Contrato Social] (“Aderente”), na qualidade de [*indicar o cargo, função ou relação com a Organização*] do CEAP – Centro Educacional Assistencial e Profissionalizante, nome fantasia de OSUC – Obras Sociais Universitárias e Culturais, organização não-governamental com sede na Rua José Vieira Martins, 270, Pedreira, São Paulo, SP, CEP 04466-025, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.428.406/0001-00, com seu Estatuto Social devidamente arquivados no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, SP, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar: (i) ter integral conhecimento das regras estabelecidas pela Política Anticorrupção do CEAP (“Política”), cuja cópia recebeu; (ii) assumir expressamente a obrigação de observar fielmente tais regras; e (iii) ter conhecimento de que a transgressão às disposições previstas nesta Política sujeitará o infrator às penalidades que venham a ser aplicadas pelos órgãos reguladores, sem prejuízo das sanções disciplinares e legais que possam ser aplicadas pelo próprio CEAP.

[PARÁGRAFO OPCIONAL: O(A) Aderente declara, ainda, que possui Programa de Compliance, cujo Código de Ética e demais políticas internas encontram-se detalhadas em anexo ao presente Termo de Adesão.]

O presente Termo de Adesão é assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

[*local e data de assinatura*]

[*nome do(a) Aderente*]

Testemunhas:

Nome:
RG/CPF:

Nome:
RG/CPF:

* * *

Anexo C – Cláusula Anticorrupção

[---] CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

[---].1. A **CONTRATADA/CONTRATANTE** declara neste ato que tem completo conhecimento da Legislação Anticorrupção¹. A **CONTRATADA/CONTRATANTE** afirma expressamente que cumprirá, integralmente, todos os dispositivos acima mencionados, sem prejuízo das demais Leis aplicáveis e não mencionadas.

[---].2. A **CONTRATADA/CONTRATANTE**, por si e por seus administradores, empregados, agentes, representantes e terceiros, declara que: (i) tomou conhecimento e concorda em seguir as disposições do Código de Conduta e Ética e da Política Anticorrupção da **CONTRATADA/CONTRATANTE**; e (ii) têm conduzido e continuará a conduzir suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis durante a vigência do presente Contrato.

[---].3. A **CONTRATADA/CONTRATANTE** obriga-se a, em caso de descoberta de ocorrência ou suspeita de ocorrência de qualquer ato ou omissão que tenha sido praticado por ela, diretamente, ou por qualquer de seus administradores, empregados, agentes, representantes, terceiros ou sócios, no âmbito da execução do presente Contrato, e que possa representar uma violação da Legislação Anticorrupção, reportar detalhadamente à **CONTRATADA/CONTRATANTE**, de imediato, acerca da referida situação, indicando, ainda, as medidas adotadas de forma a corrigir a eventual violação ocorrida.

[---].4. Em caso de descumprimento da previsão referida acima, ou constituída uma violação da Legislação Anticorrupção pela **CONTRATADA/ CONTRATANTE** que, sendo efetivamente materializada, possa causar um efeito material adverso a **CONTRATADA/CONTRATANTE**, esta poderá, a seu exclusivo critério, rescindir o presente Contrato, mediante notificação escrita endereçada à **CONTRATADA/CONTRATANTE**, hipótese em que a rescisão operar-se-á de imediato e sem quaisquer prejuízos à **CONTRATADA/CONTRATANTE**.

[---].5. A **CONTRATADA/CONTRATANTE**, em caso de eventual violação à Legislação Anticorrupção, desde já, obriga-se a indenizar a **CONTRATADA/CONTRATANTE** por todos e quaisquer danos ou perdas, incluindo outras responsabilidades cíveis, criminais e/ou administrativas que venham a ser incorridas em conexão com, ou que venham a surgir a partir da violação cometida pela mesma.

* * *

¹ São todas as leis e regulamentações que versam sobre atos de corrupção e contra a administração pública nos locais em que a Cortel Holding opera, incluindo, mas não se limitando à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), seu Decreto Regulamentador (Decreto nº 8.420/2015), Lei de Licitações e Contratações Públicas (Lei nº 8.666/1993), Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.420/1992), Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940); e as demais leis estrangeiras com eficácia extraterritorial, aderentes à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, inclusive seus regulamentos e demais normas relacionadas, incluindo as demais normas legais que vierem a alterar e substituir, no todo ou em parte, as lei anteriormente mencionadas.

Anexo D - Formulário de Declaração de Agente Público e/ou Pessoa Exposta Politicamente

Este Formulário de Declaração de Relacionamento com Agente Público e/ou Pessoa Exposta Politicamente (“PEP”) visa cumprir com as disposições desta Política.

	Sim/Não
Nesta data e nos últimos cinco anos, você é ou foi Agente Público e/ou PEP ² , no país ou no exterior?	
Nesta data e nos últimos cinco anos, qualquer de seus Familiares é ou foi Agente Público e/ou PEP, no país ou no exterior?	
Nessa data e nos últimos cinco anos, algum indivíduo que você possua Estreito Relacionamento é ou foi Agente Público e/ou PEP, no país ou no exterior?	
Nesta data e nos últimos cinco anos, algum representante legal (pessoa a quem você tenha outorgado procuração) é ou foi Agente Público e/ou PEP, no país ou no exterior?	

Caso você tenha respondido “sim” para qualquer das questões acima, preencha abaixo os dados referentes ao Agente Público e/ou à Pessoa Exposta Politicamente:

Descrever o parentesco e/ou relação com o Agente Público/PEP:
Nome completo:

² São Pessoas Expostas Politicamente: Presidente da República; Vice-presidente da República; Deputado Federal; Senador; Ministros de Estado ou equivalente; Posição de natureza especial na União ou equivalente; Presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalente, de entidade da administração pública indireta; Grupo Direção e Assessoramento Superior – DAS, nível 6, ou equivalente; Membro do STF, dos Tribunais Superiores ou dos Tribunais Regionais Federais, do Trabalho ou Eleitorais; Procurador-Geral da República, Procurador Geral do Trabalho, Procurador-Geral da Justiça Militar ou Procurador-Geral de Justiça dos estados ou Distrito Federal; Membro do Tribunal de Contas da União ou Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; Presidente ou tesoureiro nacional, ou equivalente, de partido político; Governador ou secretário do Estado ou do Distrito Federal, Deputado Estadual ou Distrital, presidente, ou equivalente, de entidade da administração pública indireta estadual ou distrital ou presidente do Tribunal de Justiça, Militar, de Contas ou equivalente do Estado ou Distrito Federal; Prefeito, Vereador, Presidente de Tribunal de Contas ou equivalente dos Municípios. Ademais, é considerado Pessoa Exposta Politicamente quem, no exterior, for: Chefe de estado ou de governo; político de escalão superior; ocupante de cargo governamental de escalão superior; oficial general ou membro de escalão superior do poder judiciário; executivo de escalão superior de empresa pública; dirigente de partido político, nos termos da Resolução do COAF nº 29, de 7 de dezembro de 2017.

Especificar o cargo/ função:		
Órgão Governamental/Departamento:		
Período de exercício ou mandato:		
Identidade:	Órgão emissor:	Data emissão:
Data de Nascimento:		
CPF:		

Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas acima são verdadeiras e autênticas, estando ciente das sanções cabíveis em caso de falsidade destas.

Declaro, ainda, estar ciente de que eventuais alterações nas informações prestadas deverão ser comunicadas de imediato aos Recursos Humanos ou ao Comitê de Ética do CEAP.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20 ____

[Nome]
[Cargo]
[Empresa/unidade]

* * *